



DOSSIÊ



A LUSOFONIA NO ÂMBITO DA GEOPOLÍTICA E DA GLOBALIZAÇÃO: MOVIMENTOS QUE (DES)INTEGRAM LÍNGUAS, CULTURAS E MEMÓRIAS

ANDRE LUIZ DE FARIA*

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Programa de Mestrado Profissional em Letras (Proletras), Florianópolis, SC, Brasil.

Recebido em: 28 dez. 2021. Aprovado em: 1 fev. 2022.

Como citar este artigo: FARIA, A. L. de. A lusofonia no âmbito da geopolítica e da globalização: movimentos que (des)integram línguas, culturas e memórias. *Cadernos de Pós-Graduação em Letras*, v. 22, n. 1, p. 18-31, jan./abr. 2022. doi: 10.5935/cadernosletras.v22n1p18-31

Resumo

Este artigo trata da presença da língua portuguesa em diferentes lugares do mundo, de sua representatividade e suas diferenças e similaridades ante culturas díspares. Para melhor compreensão do movimento lusófono perante as implicações da pós-modernidade e da globalização, presumimos que, além da estrutura morfossintática dispensada ao português, o que mais movimenta e nos faz compreender a língua portuguesa são os relatos, os sentimentos, as vivências, as práticas e os comportamentos manifestados por seus falantes – geradores da memória linguística e cultural. Tomamos como ponto representativo do universo lusófono: Brasil, Goa, Japão, Moçambique e Portugal.

* E-mail: dedefaria1@hotmail.com
 <https://orcid.org/0000-0002-8590-9453>

Palavras-chave

Lusofonia. Movimento. Memória cultural.

INTRODUÇÃO

“Na comunidade lusófona, de mais de 250 milhões de falantes, apenas uma minoria concebe as suas pertencas a partir da língua comum. Nestas circunstâncias, podemos perguntar-nos se o lugar da Lusofonia pode ser coisa diferente de um lugar de ‘luso-afonias’” (COUTO, 2009, p. 183).

A epígrafe que inicia este artigo nos instiga a pensar o português além da língua que se originou do latim vulgar, que foi levada à Península Ibérica pelos invasores romanos e posteriormente se incorporou às línguas modernas descendentes do latim – batizadas de línguas neolatinas. Em se tratando das línguas que se fixaram na Península Ibérica, podem-se citar o catalão, o castelhano e o galego-português (predecessor da língua portuguesa).

Por meio das invasões imperiais portuguesas, compreendidas entre os séculos XIV e XX, a língua portuguesa rompeu linhas geográficas e se estabeleceu na Ásia, África e América do Sul, onde seu único representante é o Brasil. A partir desse período, o português assumiu seu caráter social de manifestação cultural, mantendo vivas até os dias de hoje raízes e tradições de povos nos quatro cantos do mundo. Todo esse movimento originou a lusofonia e seus signos políticos, representados pelas relações de poder, dominação e assimetrias. Portanto, este trabalho segue uma linha discursiva convergente de outras linhas de compreensão do fenômeno lusófono, e, por meio de uma chave investigativa que anula objeções promovedoras da não construção de espaços lusófonos (marcados pelo encontro de diferenças), pretende-se responder a algumas indagações sobre o direito das diversidades ao espaço lusófono e sobre sua construção como um lugar dinâmico, tal qual a língua, que está em permanente consonância entre os lusofalantes dentro e fora do Brasil.

Tratar do contexto latino-americano é discorrer sobre a representatividade de Portugal e Espanha, isto é, da Península Ibérica, no contexto colonialista lusófono e hispanófono. Como afirma Brito (2013, p. 51), “no caso da lusofonia, essa entrelaçou não apenas o Brasil, mas Angola, Moçambique, Guiné

Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Timor Leste, China e Índia: países/nações irmãs que nos ajudaram a ter a língua universal que temos.” Ainda que essas culturas tenham sido interligadas por uma teia geopoliticamente distinta, os fatores língua e costumes – herdados dos portugueses – as aproximaram mais que as distanciaram, apesar dos elementos tempo e espaço. Nesse sentido,

[...] a mudança [na condição da existência humana] é a nova irrelevância do espaço, disfarçada de aniquilação do tempo. [...] o espaço pode ser atravessado, literalmente “em tempo nenhum”; cancela-se a diferença entre “longe” e “aqui”. O espaço não impõe mais limites à ação e seus efeitos, e conta pouco, ou nem conta (BAUMAN, 2001, p. 136).

A ideia de Bauman (2001) reforça uma observação feita por Eduardo Lourenço (2004, p. 174) sobre a (re)significação do termo lusofonia, que afirma que todo seu processo vai além de uma terminologia hermética que extravasa uma ideia limitada de espaço linguístico subjacente e que chama a atenção para “a genealogia que a distingue entre outras línguas românicas e a memória cultural que, consciente ou inconscientemente, a ela se vincula”.

No que concerne aos fatores que fizeram da lusofonia um processo semelhante entre suas nações, além da adoção da língua portuguesa, ressaltam-se a presença da Igreja Católica, a escravização e o modelo de gestão política e econômica imposto pela monarquia. No tocante às diferenças que surgiram entre as colônias portuguesas, estão as redefinições e subversões do projeto colonial e a dicotomia entre diferenças e singularidades presentes nas culturas dominadas, reveladas pelo processo de expansão colonial imposto por Portugal. É nessas redefinições que repousam as ideias das lusofonias, portanto “não existe estritamente uma entidade única chamada globalização; existem, em vez disso, globalizações; em rigor, este termo só deveria ser usado no plural” (SANTOS, 2005, p. 2).

O PROCESSO LUSÓFONO E A PLURALIDADE

A lusofonia, por seu caráter híbrido e multifacetado cultural, geográfica e politicamente, bem como por ação da própria temporalidade histórica dos fatos que a materializou, deve ser compreendida como um fenômeno plurissignificativo. Em sua abrangência, ela abraça vários projetos de posicionamento

geoestratégico das nações que adotaram o português como língua oficial e/ou a possuem como fração do seu patrimônio linguístico. O termo “lusofonia” é um conceito moderno criado para significar e oficializar um projeto político que desejou e deseja (re)afirmar uma comunidade linguística com proporções importantes na batalha de forças entre as línguas. Por isso, não é possível conceber o termo como algo singular ou isolado que começa e termina em si mesmo. A contar de sua formação, ele carrega um ideal de universalidade que se configurou conjuntamente ao processo de expansão de Portugal desde o colonialismo europeu. Para isso, esse projeto expansionista de comunidades lusófonas e de dominação global usou a língua portuguesa como instrumento político, cuja finalidade foi povoar o imaginário lusófono e criar barreiras geográficas e linguísticas dentro de suas fronteiras e entre elas. Esse movimento de cerceamento da língua portuguesa acabou por servir como instrumento para neutralizar sua dinamicidade e sua funcionalidade – uma prática equivocada que, linguística e culturalmente, atribuiu um caráter singular ao idioma.

De acordo com Cunha (2012, p. 269), uma provável solução para que a nação lusitana se reencontre com o dinamismo linguístico e identitário de seu idioma é começar a olhar a lusofonia como um campo identitário que, apesar de ter sido fragmentado e enfraquecido no passado, ainda está apto para (re)organizar redes de significações mais plurais. Para que isso ocorra, é necessário que se considere a subjetividade identitária de cada lugar pertencente ao espaço lusófono, mas não para suprimir suas narrativas ou substituí-las, e sim para produzir desdobramentos que as ressignifiquem e as interseccionem em prol do diálogo entre tradição e modernidade. Nesse caso, seria o “nós como (res)significações” (CUNHA, 2012, p. 269). A partir desse ponto, a ideia de identidade passaria a sobrepor o conceito de unicidade imposto à língua portuguesa, contribuindo para que ela ganhasse mais força.

No que concerne ao entendimento do que foi e continua sendo o projeto lusófono, Lourenço (2001, p. 112) afirma que, “se queremos dar algum sentido à galáxia lusófona, temos de vivê-la, na medida do possível, como inextricavelmente portuguesa, brasileira, angolana, moçambicana, cabo-verdiana ou são-tomense”. Com isso, subentende-se que o projeto lusófono só acontecerá no campo do real se os sujeitos forem agentes partícipes dos movimentos que a língua exige, isto é, dos costumes e das pluralidades evocados pela lusofonia em cada nacionalidade. Ante essa reconfiguração lusófona que conduzirá os indivíduos a se tratar de forma igualitária e a perceber seus traços em comum,

[...] para que a lusofonia seja um espaço simbólico significativo para seus habitantes, é preciso que seja um espaço em que todas as variantes linguísticas sejam, respeitosamente, tratadas em pé de igualdade. [...] Evidentemente, a lusofonia tem origem em Portugal e isso é preciso reconhecer. No entanto, o que se espera na construção do espaço enunciativo lusófono é a comunidade dos iguais, que têm a mesma origem (LOURENÇO, 2001, p. 46).

Afinal, para que lutar por uma lusofonia igualitária, plurifacetada de sentidos e ancorada na língua portuguesa? Para que as linhas que conduziram o processo da lusofonia sejam mais tangenciais, mais convergentes no estabelecimento de pontes que não sejam construídas para levar somente a uma direção. E para que a ênfase seja em uma construção coletiva sinuosa, contínua, legítima e genuína, é preciso repensar as redes de conexão que signifiquem e mensurem a troca de sentidos e de valores dentro dos espaços lusófonos.

Essa ponte deve ter sua importância e ser consolidada em valores calcados no destaque à diversidade, cuja essência é compreendida no convívio, na aceitação, no respeito e na proteção do que é distinto dos nossos costumes habituais. As mudanças de diretrizes e valores nos permitirão pensar uma lusofonia ancorada na pluralidade e na diversidade. É válido lembrar que, dentro desse projeto lusófono, deve continuar havendo espaço para a existência das linhas convergentes que nos unem pela força da história: linhas entrelaçadas pela língua. É possível acreditar que é por essa via que deve transitar a lusofonia, a fim de que as diferenças aproximem as nações, em vez de causarem cisão, lacunas e distanciamentos que corrompam a interação e a busca por novos espaços dentro de um universo em constante construção.

É preciso reconhecer que o processo colonial lusitano aconteceu gradativamente, de maneira plural, e não por meio da autonomia, da hegemonia e do isolamento português. Todo esse processo foi estabelecido por meio de linhas costuradas ante um contexto geopolítico bastante amplo e diverso. Se voltarmos aos anais da história, perceberemos que

[...] realmente a colonização portuguesa não é um fato isolado, a aventura sem precedentes e sem segmento de uma determinada nação empreendedora; ou mesmo uma ordem de acontecimentos, paralela a outras semelhantes, mas independentes dela (PRADO, 1942, p. 14).

Quando se discute a relação entre lusofonia e globalização, deve-se refletir sobre as circunstâncias geopolíticas e econômicas que emolduraram um

projeto lusófono ancorado nas relações de poder e violência, subserviência e opressão, semelhanças e diferenças. Todo esse processo, fruto dos desdobramentos em torno do projeto de poder lusófono, formou a tônica para posteriormente se entender a dimensão da força dos movimentos heterogêneos na definição das complexas linhas geográficas que determinaram seus territórios. Em realidade, os movimentos heterogêneos produziram elementos que impulsionaram o fortalecimento da lusofonia, fazendo com que a língua portuguesa se tornasse a primeira língua e o patrimônio material para os falantes do português. De forma mais abrangente, José Carlos Venâncio (2013, p. 85) revela que a lusofonia traduz “a condição dos que se exprimem na língua portuguesa: tenham-na como língua materna, oficial ou de patrimônio”, condicionando, desse modo, “mesmo para os que não a tenham como língua materna, a vivência cultural dos falantes, de forma a que parte da sua identidade se espelhe precisamente no uso que fazem da língua”. A lusofonia é um processo não estático, alicerçado em campos comunicacionais.

LUSOFONIA E GLOBALIZAÇÃO

De olho em seu projeto de poder e dominação dos espaços, a globalização (fruto dos tempos modernos e dos avanços tecnológicos) instituiu no mundo uma proposta nada democrática de equalização nos campos da geopolítica, da cultura e das línguas. Por se tratar de um conceito contemporâneo, a globalização se caracteriza mais por seus crescentes deslocamentos migratórios de pessoas em busca de trabalho, por novas experiências, por refugiados da guerra e pela forte representatividade dos movimentos culturais em torno da língua e dos costumes das nações lusófonas. Seguramente, esses símbolos culturais contribuíram e contribuem para construções geopolíticas cada vez mais híbridas, porém, em nome do fortalecimento dos mercados financeiros, globalizar se tornou sinônimo de perversão econômica e linguística.

Parte desse processo de poder hegemônico pode ser compreendida por meio dos grandes blocos políticos e econômicos que surgiram durante o colonialismo, originando a anglofonia, a francofonia, a hispanofonia e a lusofonia. Esses blocos servem para exemplificar as formas genuínas de afirmação da globalização, além de apontarem as diferentes e permanentes

investidas coloniais para colocá-la em prática. Assim como o projeto globalizador, esses blocos políticos denunciam a face nefasta dos seus modos de apropriação, submissão e dominação dos povos, de seus territórios e suas culturas ao invadirem territórios na África, Ásia e América, com a finalidade de expandirem seu poder. Sendo assim, entendemos que a globalização nasce por meio da captura do sujeito, intermediado por um projeto de poder organizado para explorar e controlar nações inteiras em nome da economia, da política e não menos da religião.

No entanto, pensando nos dias atuais, o mundo capitalista parece não se importar com os deslocamentos que contribuem para a formação das novas configurações em espaços globalizados que alimentam as culturas de massa e sufocam as culturas locais. Se pensarmos de maneira mais abrangente, perceberemos que esse movimento de sobreposição de cultura dominante em detrimento de outras é idêntico ao movimento expansionista que emergiu como ideia de nação no período colonial português. A ideia de nação deslocou-se para um imenso aglomerado de territórios “dispersos e distantes entre si, cujo domínio direto e efetivo acabaria por ser mais fictício do que real, mais da ordem do ilusório do que do factual” (MARTINS, 2012, p. 20).

Embora o mapa geopolítico desenhado no tempo do colonialismo tenha se tornado obsoleto, Jessica Falconi (2013, p. 277) observa que a permanência das antigas linhas fronteiriças “foi interiorizada pelos projetos das nações independentes, aliada à reprodução e ao surgimento de antigos e novos vetores de desigualdade, que (re)fragmentam a ‘unidade’ do mundo”, constituindo uma “herança” problemática que continua a pairar no plano simbólico. Nesse cenário, a globalização já nasce como um processo pensado para não reconhecer as diferenças políticas, linguísticas e culturais de muitas nações.

Por subjugar povos economicamente mais frágeis por meio de sua força econômica e criar uma cultura dominante, subentende-se globalizar como um processo *standard* que tende a eliminar as subjetividades em todos os níveis. Entretanto, com o advento das novas demandas no mundo contemporâneo, a globalização deparou-se com o ressurgimento das reafirmações identitárias particulares (étnicas, regionais, sexuais, de gênero etc.) e com a própria noção de identidade, fortalecida pela ascensão de algumas nações que, em decorrência desses novos tempos, inevitavelmente sofreram transformações. Essa lógica nos revela que

A globalização produz diferentes resultados em termos de identidade. A homogeneidade cultural promovida pelo mercado global pode levar ao distanciamento da identidade relativamente à comunidade e à cultural local [...]. A dispersão das pessoas ao redor do globo produz identidades que são moldadas e localizadas em diferentes lugares e por diferentes lugares (WOODWARD, 2000, p. 21-22).

Em razão dos novos tempos, naturalmente a nova onda de legitimação da igualdade obrigou o mundo globalizado a repensar a própria noção de identidade e suas transformações. Entretanto, o processo globalizador não acontece sem sofrer retaliações, e, na contramão do seu curso, nasce uma reação por parte de agentes culturais locais que se colocaram contra ela ao produzirem, valorizarem e fortalecerem elementos culturais por meio da indústria cultural local em lugar da cultura de massa. Com isso,

[...] a lusofonia só poderá entender-se como espaço de cultura. E como espaço de cultura, a lusofonia não pode deixar de nos remeter para aquilo que podemos chamar o indicador fundamental da realidade antropológica, ou seja, para o indicador de humanização, que é o território imaginário de paisagens, tradições e língua, que da lusofonia se reclama, e que é enfim o território dos arquétipos culturais, um inconsciente colectivo lusófono, um fundo mítico de que se alimentam sonhos (MARTINS, 2006, p. 58).

Em alguma medida, a lusofonia pode ser entendida como um movimento de resistência que se alimentou da valorização e da recomposição dos sentidos e dos valores linguísticos e culturais locais, ao mesmo tempo que resistiu ao processo da globalização. Provavelmente foi por conta do movimento anticultura em massa, criado para resistir à globalização, que a língua portuguesa rompeu linhas geográficas e culturais impostas pela geopolítica e se fixou na memória dos povos luso falantes. As raízes linguístico-culturais cravadas no memorial popular, somadas a inúmeras contribuições conferidas por povos e culturas desde o colonialismo europeu, transformaram o português na segunda língua latina que mais se expandiu e em uma das dez línguas mais faladas no mundo. Além disso, deve-se considerar este um feito causado também pela força da história e pela relação que perdurou entre esses povos desde o começo da expansão do projeto lusófono e, sobretudo, pela ação da modernidade.

LUSOFONIA: IDENTIDADE E MEMÓRIA

Ao mensurarmos o significado da palavra “identidade”, não podemos considerá-la somente por seu caráter natural e inato ao sujeito, mas também, entre outros elementos, como definidora de um grupo de pessoas, de uma língua e de uma cultura. Além do seu valor semântico,

[...] é preciso perceber quais os elementos participantes da construção da identidade em seus diferentes níveis: a identidade dos grupos naturais (como a família e a comunidade local), a identidade nacional (como uma comunidade imaginada) e as identidades supranacionais que surgem como nova forma de fidelidade pessoal (CUNHA, 2012, p. 263).

Embora a identidade seja construída a partir de uma certa unidade de sentido, ela também busca legitimar seu estatuto por meio de diferentes definições e em diferentes níveis (*o país, a língua, o povo, a cultura, a memória etc.*). Em outras palavras, para que o sujeito alcance a consciência sobre si, ele precisa considerar os outros. É clara a ideia de que o termo identidade e toda a bagagem histórica e conceitual que ele carrega não comportam somente a ideia de um sentido: ele nasce plural. Assim, “a unidade da identidade é, portanto, utópica (fantasiada ou até mesmo paradoxal), pois se fundamenta, se estrutura e se constrói com base na diferença e na divisão à procura da totalidade” (BRITO, 2013, p. 23).

A construção da lusofonia é intrínseca à questão da identidade, e, portanto, antes de se pensar na lusoidentidade fundada nos preceitos da língua/cultura, é importante discutir as questões identitárias por outras óticas, como observá-la como um processo não estanque e imutável, ou ainda se perguntar por que o sujeito possui identidades distintas que se aglutinam sem se excluírem (familiar, profissional, local, etária, nacional e até mesmo transnacional). Se pensarmos de maneira mais ampla, perceberemos que, ao mesmo tempo e no mesmo lugar, um indivíduo pode ser carioca, baiano, brasileiro, americano, médico, filho de alguém, neto de alguém, francófono e, por que não, também lusófono. O exemplo apresentado nos leva a pensar nas inúmeras possibilidades para construir as identidades lusófonas: “Se a identidade pode ser entendida como uma narrativa de busca, ela necessariamente passa pelo olhar do outro” (BRITO, 2013, p. 22-23). Por esse prisma, percebe-se que a construção

da identidade possui suas bases dimensionais controladas pelo próprio indivíduo, embora precise estar sempre delineada, delimitada e legitimada pelo reconhecimento que o outro faz de diversas identidades, ainda que de forma subjetiva e alheia.

Não se pode esquecer que as identidades sociais foram marcadas, estruturadas e historicamente construídas em um simbolismo determinado por uma ordem nacional que as constituiu e as estabeleceu para existirem como nações únicas. Suas dimensões foram pré-delimitadas por meio da imposição de organizações institucionais que buscaram, no decorrer do tempo, objetivos específicos ligados aos interesses de cada uma delas (a palavra da Igreja, a força do Estado e o poder dos partidos políticos), representando uma dimensão individual dessas instituições e não do sujeito. Por esse motivo, a identidade não pode assumir apenas um sentido de semelhança ou de começo e fim em si mesma: é preciso considerá-la ante as diferenças existentes nela mesma e saber que ela pode se (re)configurar de acordo com suas predileções e circunstâncias. Ou seja, “é necessário ao sujeito reconhecer-se como distinto e, ao mesmo tempo, como imutável e contínuo, apesar de eventuais variações de contexto” (BRITO, 2013, p. 29). Não unificar as identidades pode gerar contradições e desigualdades entre a individualidade e o coletivo do sujeito.

Acredita-se na urgência de se articular uma nova forma que contemple a construção de uma identidade plural que suporte a constante coligação de elementos semelhantes e diversos, os quais constituem todo o processo de reconhecimento do indivíduo na esfera da unicidade ou no campo das múltiplas identidades. A partir desse redirecionamento de sentidos (predeterminantes para a construção do sujeito), teríamos um ideal de identidade construído e costurado na heterogeneidade, cujas linhas teriam que ser resistentes o suficiente para unir o individual à diversidade e poder ser abraçadas por vários povos.

De certa forma, foi o que aconteceu com alguns grupos étnicos, ditos minoritários, que chegaram ao Brasil no início do século XX e foram obrigados a sobrepor sua identidade de imigrantes à identidade nacional brasileira: japoneses, turcos, árabes, italianos e libaneses, por exemplo. Mesmo tendo que travar uma permanente negociação identitária, esses grupos de imigrantes foram exitosos e lograram mostrar seus valores, contribuindo com aspectos positivos por meio de sua presença em terras brasileiras.

Pensar o momento sócio-histórico luso-brasileiro é pensar o conceito de sociedade hifenizada defendida pelo historiador norte-americano Jeffrey Lesser

(2001). Sobre o tema, ele diz que, “ao nos aproximarmos da virada do milênio, o Brasil permanece sendo um país onde a etnicidade hifenizada é predominante, embora não reconhecida” (LESSER, 2001, p. 20). A identidade hifenizada – compreendida como sociedade multifacetada, híbrida e ao mesmo tempo presente no campo do individual – possibilitou ao imigrante usar, em certas situações, sua identidade étnica original em seu benefício e, em outros momentos, sua identidade brasileira para obter as mesmas vantagens que os brasileiros natos. Para Lesser (2001, p. 27),

[...] as etnicidades trazidas e construídas por esses imigrantes eram situacionais, e não “identidades primordiais imutáveis”. Em diversos momentos, os imigrantes e seus descendentes puderam abraçar sua “niponicidade” ou sua “libanicidade”, tanto quanto sua “brasilidade”. A etnicidade muitas vezes cruzava com o nacionalismo (brasileiro ou não), tornando extremamente flexíveis essas identidades.

Certamente esse é o principal motivo que levou os brasileiros a naturalizar expressões como nipo-brasileiro, sino-brasileiro, líbano-brasileiro e afro-brasileiro – este último adotado recentemente em meio à onda do politicamente correto. Pensar esses conceitos no campo da lusofonia sem considerar seu sentido etimológico de referência ao povo “lusófono” exige que os ressignifiquemos para que ganhem o *status* de uma identidade plural que nos aproxima e nos distingue. Reclama-se pelo reconhecimento de identidades lusófonas “hifenizadas” (lusófono-portuguesa, lusófono-brasileira, lusófono-timorense). Nessa lógica, seria permitido manter a identidade nacional e, ao mesmo tempo, uni-la às identidades que transcendem a lusofonia.

A partir dos movimentos identitários causados por sua natureza múltipla, acredita-se que seja por meio deles que encontraremos a direção para se repensar “identidade” com um sentido subjetivo e diverso ao mesmo tempo. No caso do indivíduo lusitano, pensa-se que assim ele poderá se realizar como tal, se considerarmos o fator (espaço) e o momento (tempo), já que tanto o sujeito quanto a coletividade possuem identidades fluidas, voláteis, reconhecíveis em diferentes níveis e vistas por ângulos que apontem para distintas definições sobre sujeito e identidade.

Não se deve esquecer que, quando se busca por novas perspectivas que conceituem “identidade” dentro de uma concepção possível de lusofonia, é preciso amplificar e reafirmar a ideia de “identidade” como “memória”, pois

sabemos que uma não está desconexa à outra e que, portanto, as memórias são basilares para o sujeito conceber, perceber e encontrar sua(s) identidade(s). Sem considerar se essas bases são plurais ou unitárias, o significado pensado para defini-las deve servir para reforçar o conceito de “integração entre unidades e lugar da divisão”. Nesse sentido, é inegável que a lusofonia foi e é um processo alimentado pelas interações, sejam elas culturais, linguísticas ou políticas, tanto na perspectiva do pertencimento quanto nas práticas culturais diárias dos indivíduos – agentes principais na manutenção da lusofonia.

Teoricamente, dentro do contexto da globalização e da lusofonia, cada nação não deve ser vista como reles consumidora de bens e sentidos culturais em massa ou ainda como caixas vazias que precisam ser enchidas com qualquer objeto. Esses povos precisam e devem ser interpretadores, produtores e mantenedores da sua própria cultura, da sua própria identidade e de suas tradições, para que todas essas formas de individualidade repousem na memória.

Mas, afinal, para que toda essa discussão em torno de uma lusofonia mais justa, diversa em suas significações e ancorada na língua portuguesa? Acreditamos que seja para que as novas sociedades se dispam de velhos paradigmas e busquem outras linhas e direções criadoras de pontes que dialoguem diretamente com as redes de contato e de significação, em que o intercâmbio de sentidos e de valores seja o objeto guiador para começar uma (des)construção participativa, contínua, híbrida e legitimadora de valores que considerem a diversidade e a convivência dos contrários. Presumimos que essas marcas e valores farão com que se busque urgentemente por uma lusofonia que contemple a diversidade ou a hifenização sem negar a existência de uma linha única que nos une por uma história alimentada pela língua portuguesa.

É por essa ponte que a lusofonia pode manter e expandir os sentidos que conectam a intimidade de todos os povos ao diferente, ao que aproxima, e não ao que afasta. Um processo que deve ser acrescido e institucionalizado para ser reconhecido e difundido dentro de todos espaços lusófonos: universos diversos e em constante construção. Por isso, esta investigação ocupou-se de retratar a lusofonia como um fenômeno representativo que se define muito mais pelo seu caráter aglutinador, um lugar de memórias, do que por sua representação no âmbito geopolítico (conformado tanto pelo cercamento quanto pelo distanciamento) entre os povos lusófonos.

Embora suas fronteiras linguísticas, culturais e políticas configurem territórios bastante distintos, todos os dias a língua portuguesa ressurgue em falas brasileiras, moçambicanas, goesas, angolanas, japonesas, cabo-verdianas,

portuguesas e guineenses. São novas, outras, esta, aquela e tantas línguas híbridadas, mestiças, versadas por sons, formas e bocas dos quatro cantos dessa terra – morada de deuses, feiticeiros, gurus e budas que, bem antes da existência da língua portuguesa, já habitavam os quatro continentes e que a acolheram como filha. Essa língua, defendida como pura (se é que existem línguas puras), ao ser apropriada por povos colonizados, viajou por séculos, perpassou espaços geográficos e veio ao encontro de nós – brasileiros –, e não o contrário. Seu caráter dinâmico, vivo e diverso fez com que o português se tornasse uma língua que novos e velhos imigrantes carregaram consigo, dizendo, cantando e escrevendo versos que em outros idiomas não foi possível.

Lusophony in the context of geopolitics and globalization: movements that (dis)integrate languages, cultures, and memories

Abstract

This article deals with the presence of the Portuguese language in different parts of the world, its representativeness, differences, and similarities in such different cultures. For a better understanding of the Lusophone movement before the implications of post-modernity and globalization, we assume that, in addition to the morphosyntactic structure given to Portuguese, what most moves and makes us understand the Portuguese language are the reports, feelings, experiences, practices, and behaviors expressed by its speakers – generators of linguistic and cultural memory. We take as representative points of the Portuguese-speaking universe: Brazil, Goa, Japan, Mozambique, and Portugal.

Keywords

Lusophony. Movement. Cultural memory.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BRITO, R. P. *Língua e identidade no universo da lusofonia: aspectos de Timor-Leste e Moçambique*. São Paulo: Terracota, 2013.

- COUTO, M. Luso-afonias. A lusofonia entre viagens e crimes. *In: COUTO, M. E se Obama fosse africano? E outras interinvenções*. Lisboa: Editorial Caminho, 2009. p. 183-198.
- CUNHA, M. F. *Padre António Vieira*. Lisboa: Edições 70, 2012.
- FALCONI, J. *Literaturas africanas, língua portuguesa e narrativas da lusofonia: alguns parágrafos em torno da invenção das narrativas da lusofonia*. Lisboa: Edições Colibri, 2013.
- LESSER, J. *A negociação da identidade nacional*. São Paulo: Editora Unesp, 2001.
- LOURENÇO, E. *A nau de Ícaro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- LOURENÇO, E. *A nau de Ícaro seguido de imagem e miragem da lusofonia*. Lisboa: Gradiva, 2004.
- MARTINS, L. P. *Um império de papel*. Lisboa: Edições 70, 2012.
- MARTINS, M. L. Lusofonia e luso-tropicalismo, equívocos e possibilidades de dois conceitos hiperidentitários. *In: BASTOS, N. (ed.). Língua portuguesa: reflexões lusófonas*. São Paulo: Educ, 2006. p. 49-62.
- PRADO, J. C. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1942.
- SANTOS, B. S. Os processos da globalização. *In: SANTOS, B. S. (org.). A globalização e as ciências sociais*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 25-102.
- VENÂNCIO, J. C. Lusofonia e cânone lusófono. Da controvérsia dos conceitos à manifestação de duas escritas a partir da margem. *In: CRISTÓVÃO, F. (org.). Ensaios lusófonos*. Coimbra: Almedina, 2013. p. 83-99.
- WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórico e conceitual. *In: SILVA, T. T. da (ed.). Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-68.